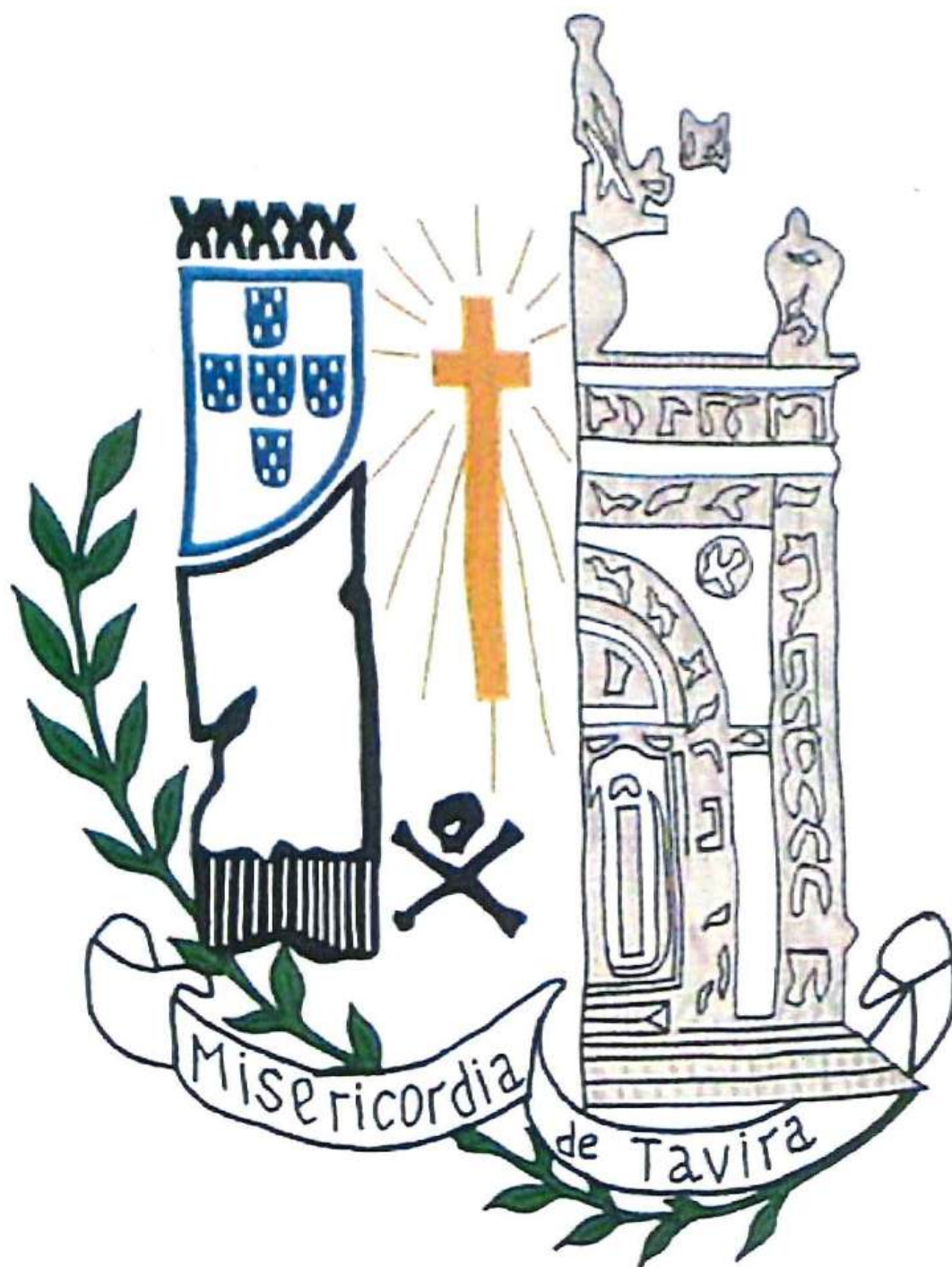


RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

2024



Índice

- Membros dos Órgãos Sociais
- Convocatória da Assembleia Geral
- Mensagem do Provedor
- Relatório da Mesa Administrativa
 - Introdução
 - Sector Social Solidário - Desafios
 - Atividades Desenvolvidas
 - Recursos Humanos
 - Situação Económica e Financeira
 - Perspetivas e Cenários para 2025
 - Proposta de Aplicação dos Resultados Líquidos
 - Agradecimentos Finais
- Balanço
- Demonstração dos Resultados por Natureza
- Demonstração de Resultados das Valências
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Variações nos Fundos Patrimoniais
- Anexo
- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
- Certificação Legal das Contas

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' in a circle, a stylized 'P', and several other illegible signatures.

MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS RESPONSÁVEIS
PELA GERÊNCIA DE 2024

Mesa da Assembleia Geral

- **PRESIDENTE** – LEONARDO ANTÓNIO GONÇALVES MARTINS
- **VICE PRESIDENTE** – JOÃO PEDRO CONCEIÇÃO RODRIGUES
- **VOGAL** – RITA ALEXANDRA SIMÃO DA SILVA OLIVEIRA MARIA

Mesa Administrativa

- **PROVEDOR** – PEDRO MANUEL DO NASCIMENTO
- **VICE PROVEDOR** – JOSÉ MANUEL MADEIRA GUERREIRO
- **SECRETÁRIO** – ELSA MARIA SIMAS CORDEIRO
- **TESOUREIRO** – PAULO JORGE VIEGAS CAREPA
- **VOGAL** – RUI MANUEL CONCEIÇÃO PEREIRA

Conselho Fiscal:

- **PRESIDENTE** – ÂNGELA MARIA FAUSTINO
- **VICE-PRESIDENTE** – CARLOS ALBERTO VIEIRA VIEGAS
- **VOGAL** – JOSÉ FILIPE FARRAJOTA ROSA

ASSEMBLEIA GERAL
CONVOCATÓRIA



Santa Casa da Misericórdia de Tavira
Instituição fundada em 1498

CONVOCATÓRIA

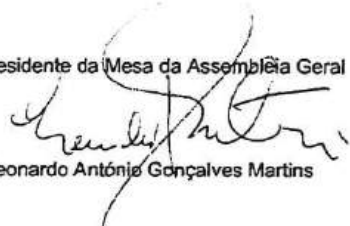
Nos termos da alínea b) do n.º 2 do Artigo 22º e, do n.º 1 do Artigo 23º do Compromisso, convoco a Assembleia Geral, para sessão ordinária, a realizar no dia **31 de Março de 2025**, pelas **17 horas**, no Salão Nobre da Santa Casa da Misericórdia de Tavira, situado na Rua da Atalaia n.º 5 (Lar Major Castro e Sousa), em Tavira, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

1. Análise, discussão e votação do Relatório de Gestão e Contas de 2024 e, Parecer do Conselho Fiscal;
2. Outros assuntos de interesse para a Misericórdia.

Não se encontrando presente à hora indicada a maioria do número legal dos Irmãos, a Assembleia Geral funcionará, de acordo com o disposto no n.º 1 do Artigo 24º, trinta minutos depois, com qualquer número de presenças.

Tavira, 7 de Março de 2025.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral


Leonardo António Gonçalves Martins

Mensagem do Provedor

Nos termos da legislação e do nosso Compromisso, compete à Mesa Administrativa apresentar o Relatório & Contas do exercício de 2024.

O ano de 2024 trouxe desafios significativos para a nossa instituição, alguns dos quais já se delineavam no final do ano anterior. Embora as estatísticas apontem para uma redução da taxa de inflação para 2,6%, os preços dos bens alimentares e de outros serviços essenciais mantiveram-se elevados ao longo do ano, não refletindo imediatamente essa descida nos índices gerais de preços.

A atualização do Salário Mínimo Nacional para 820 euros em janeiro de 2024, embora positiva para os trabalhadores, resultou num aumento considerável dos nossos custos com pessoal. Este incremento, aliado à necessidade de cumprir todas as exigências legais relativas a escalões e diuturnidades, contribuiu para um aumento significativo nas despesas totais com recursos humanos.

No plano internacional, a continuidade dos conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente trouxe instabilidade económica global, afetando cadeias de abastecimento e aumentando os custos operacionais. A nível nacional, continuou a aumentar o índice de pobreza, a carência alimentar e as dificuldades na habitação a preços acessíveis, refletindo-se também na nossa comunidade local e nas famílias que servimos.

Apesar destes desafios, registámos uma melhoria no resultado líquido, que, embora ainda negativo em, representa uma redução muito significativa quando comparado com o ano anterior. Esta melhoria deve-se, em parte, à atualização dos acordos de cooperação com a Segurança Social, à actualização das mensalidades dos utentes e, também à alienação de um imóvel, que proporcionaram o aumento de rendimentos e ajudaram a mitigar a tendência deficitária observada mensalmente. O investimento efectuado tem também como objectivo melhorar o rendimento da Misericórdia de Tavira e ao mesmo tempo, também serve as necessidades de mais utentes.

Sem os investimentos que se efectuaram nos últimos anos, com o aumento de rendimento daí proveniente, a Misericórdia a esta altura já não sobreviveria ao aumento dos custos que se tem verificado.

Para o ano de 2025, embora as projeções apontem para uma estabilização da inflação em torno de 2%, mantemos uma perspetiva cautelosa. É previsível que continuemos a enfrentar desafios relacionados com os custos operacionais e de pessoal, considerando as atualizações do salário mínimo, já efetuada, e outras que possam ocorrer ao longo do ano.

No cenário político nacional, temos também expectativas de que o Governo estará atento aos problemas dos mais carenciados e equacione novas políticas que poderão influenciar o setor social. Embora não se antecipem alterações radicais no financiamento estatal às instituições de solidariedade social, acompanharemos essa evolução em ambiente de proximidade com os nossos utentes, tentando perceber as suas necessidades e fazendo chegar às entidades competentes propostas de mudanças legislativas que impactem no financiamento da instituição, permitindo assim atingirmos o equilíbrio financeiro e manter em funcionamento todas as nossas atividades.

A Mesa Administrativa da SCMT reafirma o seu compromisso com uma gestão eficiente e transparente, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados aos nossos utentes. Este objetivo só é possível graças à dedicação dos nossos colaboradores e ao apoio contínuo de associados, entidades públicas, prestadores de serviços, doadores, utentes e suas famílias.

Tavira, 26 de Fevereiro de 2025

O Provedor

Pedro Manuel do Nascimento

RELATÓRIO DA MESA ADMINISTRATIVA

1 | Introdução

Compete à Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Tavira (SCMT), nos termos artigo 27º, nº1, alínea e) do Compromisso, “*elaborar o Relatório de Atividades e contas do Exercício do ano anterior, a fim de serem submetidos a parecer do Conselho Fiscal e deliberação da Assembleia Geral*”. Nestes termos, e em conformidade com as normas contabilísticas (SNC-ESNL) que regulam a prestação de contas no setor social não lucrativo, vem a Mesa Administrativa apresentar o Relatório de Gestão e Contas referente ao exercício de 2024.

O Relatório tem a seguinte estrutura:

- 1 | Introdução
- 2 | Setor social solidário - desafios
- 3 | Atividades desenvolvidas
- 4 | Recursos humanos
- 5 | Situação económica e financeira
- 6 | Investimentos efectuados em 2024
- 7 | Aplicação dos resultados líquidos
- 8 | Agradecimentos finais

2 | Sector Social Solidário - Desafios

Tal como não nos cansamos de referir, o setor social solidário mantém uma importância estratégica em Portugal, conforme estabelecido no artigo 63.º da Constituição da República Portuguesa, que consagra a solidariedade social como um dos pilares fundamentais do país. A Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que aprova as bases do Sistema de Segurança Social, reforça no artigo 31.º a necessidade de uma intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos na concretização da ação social.

Este setor é composto por diversas entidades com diferentes formas jurídicas, incluindo associações, fundações, misericórdias, mutualidades e cooperativas. As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) constituem o principal subsetor deste sistema, trabalhando diariamente em proximidade com as pessoas e famílias, prestando serviços sociais em variadas modalidades. As misericórdias, integradas no subsetor das IPSS, destacam-se pelo seu longo historial de auxílio aos mais necessitados, bem como pela sua dimensão, recursos, património e presença abrangente em todo o território nacional, incluindo as regiões autónomas.

Desde o final dos anos 80, as IPSS têm vindo a reforçar a sua intervenção, sendo atualmente reconhecidas como organizações imprescindíveis para a execução das políticas sociais. Este reconhecimento é evidente não só por parte da população em geral, mas também pelo próprio Estado. Sem a atuação das IPSS, seria extremamente difícil para os organismos da administração pública, tanto a nível central como regional, implementar no terreno, junto das pessoas e comunidades, as políticas sociais delineadas pelo governo.

Os últimos cinco anos (2020-2024) foram marcados por desafios profundos para o setor social solidário em Portugal. A pandemia de COVID-19 (2020-2021) foi um dos maiores testes à resiliência das instituições, exigindo uma resposta rápida e adaptável para garantir o apoio às populações mais vulneráveis. Superado esse período crítico, esperava-se um regresso à normalidade em 2022, mas a eclosão da guerra na Ucrânia trouxe novas incertezas económicas e sociais que ainda persistem.

O ano de 2023 foi particularmente exigente, com a inflação elevada e o aumento dos custos operacionais a pressionarem a sustentabilidade das instituições. Em 2024, apesar de uma ligeira estabilização económica, o setor social continuou a enfrentar dificuldades financeiras e desafios operacionais, num contexto global ainda incerto.

Entrámos em 2025 e, para além da continuidade dos conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente, o mundo observa também com grande expectativa as notícias

surgidas após a recente mudança presidencial nos Estados Unidos. Caso se concretizem algumas intenções anunciadas, o desfecho poderá influenciar a relação transatlântica e a estabilidade política e económica na Europa.

Parece-nos que em 2025 o setor social solidário deverá preparar-se para enfrentar um cenário desafiante, mantendo o compromisso de apoiar as comunidades, apesar das adversidades. O futuro permanece incerto, mas a capacidade de adaptação e resiliência das instituições será, mais uma vez, determinante para a sua missão.

Observando a gestão das entidades do setor social, a um nível mais restrito, constata-se que as mesmas apresentam semelhanças e diferenças em relação ao setor empresarial. Uma semelhança é a necessidade imperiosa de manter operações eficientes, oferecer serviços de qualidade e atrair recursos humanos competentes e motivados, aspetos comuns a qualquer tipo de organização.

No entanto, no que diz respeito aos recursos financeiros, existem diferenças significativas. Uma IPSS não pode, por exemplo, definir livremente o preço dos seus serviços, ou seja, o valor das mensalidades cobradas aos utentes. Também não é viável aumentar uma mensalidade justificando-o com o aumento dos preços de bens e serviços adquiridos, como géneros alimentares, produtos de higiene e limpeza, energia, comunicações, entre outros. Outra diferença crucial reside no princípio da solidariedade que fundamenta qualquer instituição sem fins lucrativos – a captação de apoios da comunidade com carácter voluntário. Estas particularidades, no atual contexto de turbulência e incerteza, caracterizado por conflitos geopolíticos, fragilidade económica, aumento da pobreza e agravamento dos problemas sociais, constituem fatores de preocupação para o setor social em 2025.

3 | Atividades Desenvolvidas

A SCM Tavira manteve em funcionamento todas as suas respostas sociais durante o exercício de 2024. A média de utentes está representada no quadro seguinte:

Tabela 1
Nº de Utentes

Respostas Sociais	Nº Utentes
Creche "O Pinóquio"	40
Creche "A Boneca"	48
Jardim de Infância "O Pinóquio"	59
Jardim de Infância "A Boneca"	48
Jardim de Infância "O Girassol"	15
Cantinas Sociais	*
Lar Major Castro Sousa	57
Lar de S. José	31
Centro de Dia Major Castro Sousa	7

*Em 2024 foram servidas **12.430** refeições, com a seguinte distribuição:

- 6.610 apoiadas pela Segurança Social (Programa Emergência Alimentar)
- 3.941 no âmbito do protocolo com o Município de Távira
- 1.123 refeições fornecidas a migrantes
- 756 no âmbito do projeto AIMA/UMP

4 | Recursos Humanos

As pessoas são o coração de qualquer organização, mas, numa instituição como a SCM Távira, dedicada ao serviço social, essa afirmação ganha um significado ainda mais profundo. Aqui, o trabalho diário vai além da execução de tarefas – é uma missão vivida com proximidade, dedicação e empatia. O apoio a crianças, jovens, idosos e famílias exige não apenas conhecimento técnico, mas também atitudes e comportamentos que nem todos possuem. É preciso vocação, sensibilidade e um compromisso genuíno com o bem-estar dos outros.

Durante os anos de pandemia, a equipa da SCMT enfrentou um teste sem precedentes à sua resiliência e capacidade de adaptação. Superou-o com determinação e humanismo, garantindo que nenhum utente ficasse desamparado

num dos períodos mais difíceis da nossa história recente. Esse esforço não será esquecido – nem pela instituição, nem pelas pessoas e famílias que beneficiaram do seu apoio.

Nos anos mais recentes, os desafios transformaram-se, mas a exigência mantém-se. Hoje, mais do que nunca, é fundamental equilibrar a proximidade e a solidariedade com uma gestão eficiente dos recursos. O compromisso social da SCMT só será sustentável se conseguirmos aliar qualidade no atendimento à melhoria contínua dos processos, otimizando operações sem nunca comprometer o que nos distingue: a humanização dos serviços.

Chegados a 2025, constatamos que a incerteza global e os desafios socioeconómicos estão a aumentar. As dificuldades das famílias que apoiamos poderão agravar-se, e o papel da nossa equipa será ainda mais essencial. O capital humano da SCMT continuará a ser o motor da nossa missão – são as pessoas que fazem a diferença no apoio aos mais vulneráveis.

Acreditamos que as nossas equipas estão preparadas e alinhadas com a estratégia definida, focadas no propósito que nos move: ajudar quem mais precisa. A eficiência será um fator determinante para garantir a sustentabilidade da instituição, mas nunca à custa do nosso maior compromisso – *estar ao lado daqueles que contam connosco.*

5 | Situação Económica e Financeira

Como nota prévia às análises económica e financeira que a seguir se apresentam, visando uma melhor compreensão dos mapas contabilísticos respetivos, deve referir-se que as contas estão estruturadas de acordo com os conceitos e mapas previstos no Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades Sociais não Lucrativas (SNC-ESNL) o qual entrou em vigor no ano de 2012, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. As alterações mais importantes introduzidas pelo SNC e pela Norma Contabilística e de Relato

Financeiro (NCRF-ESNL) foram: a introdução de um novo plano de contas, uma nova estrutura de apresentação das demonstrações financeiras e a aplicação de novas normas de contabilidade, designadas por Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). Serão apresentados dois tipos de análise: a económica e a financeira.

6 | Investimentos efectuados em 2024

Pugnámos pela aprovação do processo de candidatura ao abrigo do PRR para obras de remodelação e ampliação da Creche do Centro Infantil “O Pinóquio” o qual foi aprovado. Abrimos concurso público para execução das obras, tendo ficado deserto, por não terem sido apresentadas em plataforma quaisquer propostas. Em 2025 continuaremos a desenvolver esse processo.

Também pugnámos pela aprovação da candidatura através do mesmo programa PRR para obras de remodelação e ampliação da Creche do Centro Infantil “A Boneca”, tendo o mesmo sido aprovado. Aguarda-se agora a tramitação seguinte. Apresentamos candidatura ao abrigo do programa PRR para a construção de novo lar em terreno contíguo ao lar Major Castro Sousa, tendo sido a candidatura rejeitada por falta de cabimento de verba por parte do PRR.

Concluímos a remodelação da casa em ruínas anexa ao Lar de S José, com vista a extensão e expansão do mesmo lar, com ligação direta entre ambas e, com capacidade até oito camas, tendo a mesma ficado dotada de óptimas condições, diríamos até, com as melhores condições de toda a estrutura de lares que a SCMT tem, e reunindo em nossa opinião óptimas condições de bem-estar aos utentes.

A burocracia em termos de legalização entre as entidades supervisoras, com a respetiva morosidade que gera, permitiu que toda a obra tivesse concluída enquanto decorriam as análises ao projeto e respectiva aprovação.

Concluímos a restantes obras do Lar Major Castro Sousa, necessárias para a legalização das anteriores, continuando junto da segurança social a desenvolver esforços para ultimar a aprovação final desse processo o qual se encontra na sua fase final.

Melhorámos outros pequenos aspectos noutras valências, nomeadamente nos infantários e nas igrejas para prestar melhores serviços aos utentes e valorizar o património da SCM TAVIRA.

Continuamos na senda da valorização cultural através do nosso património dotando-o de melhores condições para o efeito, refira-se a parte cultural e turística das Igrejas da Misericórdia e de S. José.

O conjunto dos investimentos efetuados em 2024 atingiu o valor global de cerca de 208.000€, sendo cerca de 27.385€ de custo de amortização direta e imediata com incidência direta no resultado de exercício e, 181.760€ amortizável de acordo com as normas contabilísticas.

De referir e só para ficar registado que já em 2023 a SCM TAVIRA tinha feito investimentos para melhoria de vários serviços em valor superior a 122.000€.

Obviamente que isto retira liquidez mas por outro lado aumenta rendimentos e garante a continuidade da Misericórdia de Tavira.

Análise económica:

O principal objetivo da análise económica é perceber se a instituição revela capacidade para criar resultados positivos. Uma das formas de avaliar essa capacidade é observar a diferença entre o total de rendimentos e o total de gastos em cada ano e depois perceber qual a evolução ao longo de um determinado período.

Na tabela 2 pode observar-se a evolução dos *Resultados* nos dois últimos anos. Em 2024 verificou-se uma melhoria à qual faremos referência neste relatório.

Tabela 2 - Resultados

(Euros)		
	2024	2023
Total de rendimentos	3.002.000€	2.769.000€
Total de gastos	3.054.000€	2.890.000€
Resultados líquidos	-52.000€	-121.000€

Observando a série dos resultados líquidos obtidos nos últimos seis anos, constata-se que até 2020 os resultados foram positivos, influenciados por um rendimento anual designado “aumento do justo valor” de 167.000€, originado pela revalorização dos edifícios da SCMT em 2013. A partir de 2021 esse rendimento terminou e, desde então, nestes últimos quatro anos o resultado tem sido negativo. O diagnóstico é conhecido e facilmente observável – existe um desajustamento notório entre rendimentos e gastos, cuja correção se tem revelado muito difícil. Por um lado, devido à rigidez dos gastos, agravada pelos aumentos dos salários, prestações de serviços e bens de consumo. Por outro lado, existe a dificuldade em aumentar rendimentos com carácter regular, ou seja, rendimentos obtidos provenientes de mensalidades e participações do Estado, pelos serviços prestados nas respostas sociais, que constituem a principal Missão da SCMT.

Tabela 3 - Rendimentos operacionais (desagregação)

	(Euros)	
	2024	2023
Serviços prestados	2.492.000€	1.113.000€
Subsídios à exploração*	127.000€	1.359.000€
Outros rendimentos e ganhos	383.000€	296.000€
Totais	3.002.000€	2.768.000€

Observa-se na Tabela 3 uma significativa variação nos valores de serviços prestados e subsídios à exploração, entre 2023 e 2024. Tratou-se de uma mudança de política contabilística, que passamos a explicar, começando pela nota seguinte:

***Nota inserida no Relatório de Gestão 2023 da SCMT:** Em novembro de 2023 a Comissão de Normalização Contabilística pronunciou-se, através da FAQ 39, no sentido de que as verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e as entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais, deveriam ser contabilizadas como prestação de serviços, nos casos em que o pagamento das mesmas por parte do Estado para determinada resposta social, esteja dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos). A SCMT analisou a situação e contactou oportunamente a Segurança Social, entidade que tutela o setor, sobre essa matéria. Até ao momento do encerramento das contas desconhecia-se qual o entendimento dessa entidade. A Mesa Administrativa decidiu, por prudência, manter a contabilização nos moldes de anos anteriores, sem alterar a política contabilística neste encerramento do exercício de 2023.

Em 2024 a questão da FAQ 39 surgiu de novo e a Segurança Social sancionou o procedimento previsto na mesma, pelo que a SCMT deveria proceder às alterações respetivas antes de encerrar as contas. O resultado da mudança de critério foi englobar na conta Serviços Prestados todos os rendimentos de mensalidades de utentes e também as verbas dos acordos com a segurança social. Esta alteração justifica as variações observadas na Tabela 3, onde o valor dos serviços prestados aumenta 1.379.000€ e os subsídios à exploração reduzem 1.232.000€. Em termos globais, o total de rendimentos nas três rubricas aumentou 8,5%.

A rubrica “outros rendimentos e ganhos”, que advém de receitas suplementares, boa parte delas originada por iniciativa da SCMT e outras que derivam de acontecimentos pontuais externos, tais como donativos ou regularizações contabilísticas. O valor apresentado em 2024 inclui um rendimento obtido na venda de um imóvel. Esse rendimento, que ascendeu a 108.000€, corresponde à mais-valia líquida obtida após se deduzir ao montante da venda o valor patrimonial do edifício registado no balanço, acrescido dos gastos com obras de melhoria efetuadas e também as despesas de venda. Este rendimento foi um contributo fundamental para o resultado final apurado no exercício.

Tabela 4 - Gastos Operacionais

(euros)		
Gastos	2024	2023
Custo das matérias consumidas	277.000€	250.000€
Fornecimentos e serviços externos	403.000€	327.000€
Gastos com o pessoal	2.249.000€	2.119.000€
Total	2.929.000€	2.696.000€

Na tabela 4 analisam-se os *gastos operacionais*, onde se verifica um aumento global de 233.000€, que representa um crescimento de 8,6%. Observando individualmente cada uma das rubricas, constata-se um crescimento de 10,8% na alimentação, um aumento de 23% nos fornecimentos e serviços e de 6,1% nos gastos com pessoal.

Os aumentos na alimentação e nos fornecimentos sofreram o impacto na inflação que conduziu a uma subida generalizada dos preços. Este problema mantém-se, apesar de taxa de inflação ter vindo a decrescer, pelo que a Mesa Administrativa continuará a acompanhar a evolução em 2025.

Quanto ao aumento dos gastos com pessoal, nota-se que continua a tendência de aumento dos salários para atenuar dificuldades das famílias relativas à habitação e aquisição de bens e serviços. Na SCMT, essa tendência tem-se refletido nos aumentos anuais do salário mínimo, que fazem crescer os gastos totais da instituição, sem se vislumbrar alternativas consistentes para subir o nível dos rendimentos. Será um desafio acrescido para 2025.

A tabela 5, inclui três tipos de gastos: “outros gastos e perdas”, “gastos com depreciação” de ativos fixos e “juros suportados” com financiamentos. Esta tabela complementa os dados da tabela 4, introduzindo agora os restantes gastos, que são menos relevantes em valor, contribuem para as atividades e figuram na demonstração de resultados líquidos, apresentada como anexo a este relatório.

Tabela 5 - Outros Gastos

Gastos	2024	2023
Outros gastos e perdas	24.000€	101.000€
Gastos de depreciação	72.000€	65.000€
Juros e gastos suportados	30.000€	28.000€
Total	126.000€	194.000€

Observa-se em 2024 uma redução global significativa nestes gastos, no valor de 68.000€, que representa 35%. A descida em “Outros gastos e perdas” é a mais relevante e resulta de em 2023 ter havido um aumento fora do habitual relacionada com anulações de rendimentos provenientes da Segurança Social e contabilizados em anos anteriores.

Os “gastos de depreciação” referem-se ao desgaste anual dos ativos, de acordo com critérios definidos nas normas legais. Não corresponde a fluxos financeiros e não provoca alteração monetária na instituição, mas impacta negativamente no resultado líquido. Em 2024 o gasto total aumentou devido a alguns investimentos realizados ativos fixos.

Os “juros e gastos suportados” são referentes aos encargos cobrados pelos bancos pelos financiamentos em curso, negociados com a SCMT. Regista-se um aumento de 7% relativamente a 2023.

A título de **resumo** da análise económica apresentada com suporte nas *tabelas 2 a 5*, destacam-se os aspetos seguintes:

- O resultado líquido de 2024 apresenta uma melhoria significativa comparativamente com os anos anteriores, para a qual contribuíram alguns fatores antes referidos;
- Os rendimentos totais registaram uma subida de 234.000€;
- Os gastos totais aumentaram 165.000€.

Análise financeira:

Através da análise financeira procura-se medir a capacidade da SCM Tavira para solver atempadamente os seus compromissos financeiros, a curto e longo prazo. O *balanço*, outra das peças financeiras incluída no final deste relatório, é um instrumento fundamental para realizar essa análise. A tabela 6 mostra uma *síntese comparativa dos balanços de 2024 – 2023*.

Tabela 6 - Síntese dos Balanços 2024 - 2023

Rubricas	2024	2023
Ativo não corrente	5.465.000€	5.464.000€
Ativo corrente	335.000€	398.000€
Total do ativo	5.800.000€	5.862.000€
Fundos patrimoniais	4.865.000€	4.924.000€
Total dos fundos patrimoniais	4.865.000€	4.924.000€
Passivo não corrente	313.000€	363.000€
Passivo corrente	622.000€	575.000€
Total do passivo	935.000€	938.000€
Total dos fundos patrimoniais + passivo	5.800.000 €	5.862.000 €

O total do balanço em 2024 mostra uma redução de 62.000€, influenciada pela descida nos “fundos patrimoniais”. A origem desta descida reside na incorporação do resultado líquido negativo. O “ativo corrente”, que engloba as disponibilidades em bancos e os valores que a SMT tem por receber, também desceu no total de 63.000€. Quanto ao “total do passivo”, que engloba não só as dívidas de curto prazo, mas também os financiamentos de longo prazo, manteve-se estável nos dois anos.

Para se perceber melhor a tendência que a SCMT revela, em termos de liquidez da sua tesouraria a curto prazo, pode-se utilizar o rácio de cobertura do passivo corrente pelo ativo corrente (ativo corrente / passivo corrente) numa série de anos. A tabela 7 retrata a evolução nos últimos 6 anos. Em 2024 observa-se um agravamento significativo do rácio derivado do aumento do passivo corrente, conjugado com a descida do ativo corrente. O ativo corrente só cobre cerca de metade (54%) das dívidas de curto prazo a pagar.

Tabela 7 - Rácio “ativo corrente / passivo corrente”

2024	2023	2022	2021	2020	2019
54%	69%	73%	92%	60%	51%

Na ótica do “passivo não corrente”, relativo a financiamentos de médio/longo prazo por liquidar, a situação também desperta bastante preocupação, não só pela necessidade de se obter receitas para amortizar as prestações dos empréstimos, mas também pelo valor dos encargos financeiros, que já atinge 30.000€/ano. Significa que mensalmente a SCMT terá de disponibilizar cerca de 2.500€ para liquidar juros e outras comissões bancárias.

7 | Proposta de Aplicação dos Resultados

Propõe-se que o resultado líquido negativo obtido no exercício de 2024, no montante de -52.496,31€, seja transferido em 2025 para a conta de resultados transitados.

8 | Agradecimentos Finais

Ao concluir este Relatório de Gestão referente à atividade do Exercício de 2024, a Mesa Administrativa expressa o seu profundo reconhecimento e gratidão a todas as pessoas e entidades que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização dos objetivos da instituição.

Neste ano que agora se encerra, queremos destacar, uma vez mais, a dedicação, o profissionalismo e o espírito solidário da nossa equipa de recursos humanos, que continua a demonstrar um compromisso inabalável com a missão da SCM Tavira, após anos de desafios exigentes. A todos, o nosso sincero agradecimento!

- Aos **colaboradores da SCM Tavira**, pelo empenho e elevado profissionalismo demonstrados;
- Aos **utentes e respetivas famílias**, pela confiança depositada nos serviços da instituição;

- Aos **irmãos da SCM Tavira**, pelo apoio, interesse e colaboração constantes;
 - Aos **fornecedores**, pela atitude de parceria e compromisso;
 - Às **instituições de crédito**, pelo relacionamento de confiança mantido com a SCM Tavira;
 - A todas as **entidades públicas**, que, enquanto parceiros e financiadores, garantem a sustentabilidade da instituição. Em particular, destacamos o apoio, a colaboração e a boa relação estabelecida com a **Segurança Social (Centro Distrital de Faro)**, a **Câmara Municipal de Tavira** e o **I.E.F.P. – Instituto de Emprego e Formação Profissional**;
 - Aos **doadores, empresas e particulares**, que ajudaram a atenuar as dificuldades financeiras da instituição;
 - Aos **órgãos sociais**, nomeadamente à Mesa da Assembleia Geral e ao Conselho Fiscal, pela lealdade institucional e apoio contínuo.
- A todos, o nosso profundo reconhecimento e apreço!

Tavira, 26 de Fevereiro de 2025

A Mesa Administrativa

- PROVIDOR – PEDRO MANUEL DO NASCIMENTO
- VICE PROVIDOR – JOSÉ MANUEL MADEIRA GUERREIRO
- SECRETÁRIO – ELSA MARIA SIMAS CORDEIRO
- TESOUREIRO – PAULO JORGE VIEGAS CAREPA
- VOGAL – RUI MANUEL CONCEIÇÃO PEREIRA

A vertical column of handwritten signatures and initials. At the top is a large blue circle with a signature inside. Below it are several black ink signatures, including one that appears to be 'H'. Further down is a blue ink signature. At the bottom are two more blue ink signatures, one of which is a stylized 'A'.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço

Demonstração de Resultados por Natureza

Demonstração dos Resultados das Valências

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Anexo

Balanço

Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including a large signature at the top, a signature in the middle, and a signature at the bottom.

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2024	31-12-2023
ACTIVO			
Ativo não corrente	3 a) b); 5		
Ativos fixos tangíveis		4.161.480,44	4.160.038,71
Bens do património histórico e cultural		1.289.731,42	1.289.731,42
Investimentos financeiros		13.940,89	14.027,61
		5.465.152,75	5.463.797,74
Ativo Corrente			
Inventários	3 c); 6	6.292,97	6.673,90
Créditos a receber	3 d)	273.072,13	292.436,70
Estado e outros entes públicos		3.461,19	1.566,45
Fundadores/beneméritos/doadores/associados/membros		18.816,90	18.132,90
Outros ativos correntes	3 e)	0,00	15.916,53
Diferimentos	3 f)	24.403,07	8.734,59
Caixa e depósitos bancários	3 g)	9.506,53	54.368,01
		335.552,79	397.829,08
Total do ativo		5.800.705,54	5.861.626,82
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	3 h)	1.136.619,97	1.136.619,97
Resultados transitados	3 h)	1.757.371,88	1.858.682,31
Excedentes de revalorização	3 h)	1.325.504,73	1.345.693,56
Outras variações nos fundos patrimoniais	3 h) 11	698.194,06	704.380,32
Resultado líquido do período		-52.496,31	-121.499,26
Total do fundo de capital		4.865.194,33	4.923.876,90
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	10	313.387,49	362.518,17
		313.387,49	362.518,17
Passivo corrente			
Fornecedores	3 i)	107.392,32	59.519,21
Estado e outros entes públicos	3 k)	90.554,28	79.443,73
Financiamentos obtidos	3 j)	27.359,57	65.594,66
Diferimentos	10	5.076,35	6.000,86
Outros passivos correntes	3 l)	391.741,20	364.673,29
		622.123,72	575.231,75
Total do passivo		935.511,21	937.749,92
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5.800.705,54	5.861.626,82

O Contabilista Certificado

Francisco José Simões Pinto

Inscrito na OCC com o n.º 4387

A Mesa Administrativa

Paulo Jorge Virgas Carreira

Demonstração de Resultados por Natureza

A series of handwritten signatures and initials in blue and black ink, arranged vertically on the right side of the page. The signatures are stylized and appear to be official approvals or endorsements.

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	7	2.491.666,02	1.113.018,23
Subsídios, doações e legados à exploração	8	126.683,44	1.359.398,90
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-277.010,88	-250.050,55
Fornecimentos e serviços externos		-402.898,10	-327.061,85
Gastos com o pessoal	9	-2.249.409,60	-2.119.157,71
Outros rendimentos e ganhos		383.830,68	296.114,04
Outros gastos e perdas		-23.644,58	-100.585,36
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		49.216,98	-28.324,30
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3 a)	-71.719,72	-64.929,21
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-22.502,74	-93.253,51
Juros e rendimentos similares obtidos		182,08	0,00
Juros e gastos similares suportados		-30.175,65	-28.245,75
Resultado antes de impostos		-52.496,31	-121.499,26
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-52.496,31	-121.499,26

O Contabilista Certificado

Francisco José Simões Pinto

Mesa Administrativa

[Handwritten signatures and stamps]

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A vertical column of handwritten signatures and initials. From top to bottom: a large blue 'C' with a checkmark; a black signature; a black signature; a blue signature; a blue signature; and a small black signature at the bottom.

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	PERÍODO
		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		684.300,87	1.217.861,18
Pagamentos a fornecedores		1.539.891,76	592.013,62
Pagamentos ao pessoal		-755.131,67	1.380.863,24
Caixa gerada pelas operações			-755.015,68
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		624.879,65	
Outros recebimentos/pagamentos		-130.252,02	669.148,42
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-130.252,02	-85.867,26
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		220.000,00	
Investimentos financeiros		182,08	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		220.182,08	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		275.000,00	245.000,00
Outras operações de financiamento		0,00	280.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-312.673,93	-325.652,61
Juros e gastos similares		-19.143,78	-17.593,59
Outras operações de financiamento		-77.973,83	-62.566,56
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-134.791,54	119.187,24
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-44.861,48	33.319,98
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		54.368,01	21.048,03
Caixa e seus equivalentes no fim do período		9.506,53	54.368,01

O Contabilista Certificado

Francisco José Simões Pinto

Inscrito na OCC com o nº 4387

A Mesa Administrativa

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

A collection of handwritten signatures and initials in black and blue ink, located in the top right corner of the page. The signatures are stylized and appear to be official approvals or endorsements.

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Ano 2024 DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							TOTAL Fundos Patrimoniais
	Fundos		Result. Transitados	Exced. de revalorização	Outras variações f. patrimôn.	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N (1/1/2024) Transferência de Result. do Exercício Anterior para Res. Transitados ALTERAÇÕES NO PERÍODO Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais	1.136.619,97		1.858.682,31	1.345.693,56	704.380,32	121.499,26	4.957.823,42	4.923.876,90
			-121.499,26			121.499,26	0,00	0,00
			20.188,83	-20.188,83				0,00
					0,00			0,00
			45.635,49	-60.566,49	726.893,61	14.931,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO RESULTADO EXTENSIVO						-52.496,31	-52.496,31	-52.496,31
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO Fundos Subsídios, doações e legados (Adaptar Social+ Covid 19) Outras operações					-6.186,26		-6.186,26	-6.186,26
							0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N (31/12/2024)	1.136.619,97	0,00	1.757.371,88	1.325.504,73	698.194,06	295.494,83	4.865.194,33	4.865.194,33

O Contabilista Certificado

Francisco José Simões Pinto
OCC Membro nº 4387







Ano 2023 DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe									TOTAL Fundos Patrimon.
	Fundos	Exc. téc.	Reser	Result. Transit.	Ajust- acti- vos fi- nanc	Exced. de revaloriz.	Outras variações f. patrim.	Resultado líqu. do período	Total	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N (1/1/2023) Transferência de Result. do Exercicio Anterior para Res. Transitados ALTERAÇÕES NO PERÍODO Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e in- tangíveis Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais	1.136.619,97		0,00	1.966.923,12		1.365.882,39	710.566,58	-94.483,12	5.085.508,94	5.085.508,94
				-94.483,12				94.483,12	0,00	0,00
				20.188,83		-20.188,83				0,00
				-74.294,29		-20.188,83	710.566,58	94.483,12	0,00	0,00
								-121.499,26	-121.499,26	-121.499,26
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO RESULTADO EXTENSIVO OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO Fundos Subsídios, doações e legados Outras operações										
				-33.946,52			-6.186,26		-6.186,26	-6.186,26
									-33.946,52	-33.946,52
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N (31/12/2023)										
	1.136.619,97			1.858.682,31		1.345.693,56	704.380,32	-121.499,26	4.957.823,42	4.923.876,90

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a circled 'A' and various scribbles.

Anexo

ANEXO (As quantias estão expressas em Euros, exceto quando indicado de outra forma)

1. Identificação da entidade

Designação da entidade: Santa Casa da Misericórdia de Tavira

Sede: Rua da Atalaia, n.º 5 – Apartado 33, 8800 – 378 Tavira

Natureza da atividade: Prestação de serviços sociais de apoio à infância, juventude, família e idosos.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

- Para além das alterações estruturais inerentes à primeira adoção do SNC – ESNL ocorrida em 2012 pela SCM Tavira e da mudança ocorrida em 2013 na valorização

dos edifícios e propriedades de investimento, não ocorreram em 2024 quaisquer outras alterações às políticas, estimativas contabilísticas ou erros passíveis de serem reportados na presente Nota.

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a SCM Tavira adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras constantes no regime da normalização contabilística para as ESNL (Anexo II do Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março);
- A NCRF específica para o Sector não Lucrativo.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

a. Ativos fixos tangíveis

- Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se aos bens utilizados na prestação de serviços ou no uso administrativo e estão valorizados ao custo de aquisição, com exceção para o grupo dos Edifícios o qual, a partir de 2013, passou a estar mensurado pelo justo valor;
- Os Ativos Fixos Tangíveis são depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso e durante o período de vida económica esperada. As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até ao fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	Taxas	Vida útil
Edifícios e outras construções	2%	50 Anos
Equipamento de alojamento de utentes, didático, médico-hospitalar e outro	16,66%	6 Anos
Equipamento Informático	20%	5 Anos
Equipamento de transporte	20%	5 Anos
Equipamentos de valor inferior a 1.000 Euros	100%	1 Ano

As taxas evidenciadas no quadro foram estabelecidas anteriormente à introdução do SNC-ESNL em 2012. Como tal, verifica-se nalguns casos algum desalinhamento em relação às taxas atuais (Portaria nº 94/2013), como por exemplo a taxa relativa a equipamento informático. Esse desalinhamento é pouco relevante, face aos valores envolvidos e à natureza social da instituição. Em 2024 deu-se continuidade ao processo de melhoria e consistência no mapa de amortizações, o qual em 2022 foi alvo de uma verificação integral e acerto entre os “valores por amortizar” (última coluna do Mapa) e os saldos do balancete de encerramento desse ano - valores ilíquidos de cada grupo de ativos fixos, respetivas amortizações acumuladas e valores líquidos por amortizar. Os bens adquiridos no ano estão codificados e sofreram depreciações de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25 de 2009.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

b. Propriedades de investimento

- A conta “ativos fixos tangíveis” inclui, nos termos da portaria nº 220/2015, o valor relativo às Propriedades de Investimento. Estas, são constituídas por um conjunto de edifícios, propriedade da SCM Távira, que preenchem os requisitos gerais definidos na NCRF 11: destinam-se à obtenção de rendas ou à valorização do património. Não se destinam ao fornecimento de bens e serviços ou finalidades administrativas. Esta classe de ativos passou, a partir de 2013, a ser valorizada de acordo com o método de revalorização. A contabilização de depreciações anuais relativas às propriedades de investimento cessou a partir de 2013, de acordo com as normas definidas para o método de revalorização.

c. Inventários

- Os inventários incluem as matérias-primas e subsidiárias destinadas à prestação dos serviços, que constituem a missão da SCM Távira – apoio à infância, juventude, família e idosos. O valor dos inventários em 31/12/2024, evidenciado no balanço, inclui para além das matérias-primas (géneros alimentares) também ativos biológicos – árvores de fruto, como adiante se demonstrará. Os inventários estão valorizados ao custo de aquisição, ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

d. Clientes e Utentes

- As contas a receber de Clientes e Utentes são reconhecidas pelo seu valor nominal, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração estabelecidos para a Prestação de Serviços.

e. Outras contas a receber

- As restantes contas a receber encontram-se valorizadas ao custo estabelecido na contratualização de protocolos, apoios e acordos de cooperação.

f. Diferimentos/Periodizações

- Os diferimentos são valorizados ao custo, apurado através de fatura ou documento equivalente.
- Representa o valor dos rendimentos já contratualizados e a reconhecer em anos seguintes.
- As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

g. Caixa e depósitos bancários

- Os montantes incluídos em caixa e depósitos bancários englobam as rubricas – caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

h. Fundos patrimoniais

- 1) **Fundos** – a rubrica reflete o valor do Fundo Social originado aquando da abertura do sistema de contabilidade digráfica na SCM Tavira, iniciado com o antigo PCIPSS;

- 2) **Resultados transitados** – esta rubrica representa os resultados acumulados desde que existe contabilidade digráfica na SCM Tavira. Em 2024, para além da integração do resultado apurado no ano anterior, não ocorreu qualquer outra operação.
- 3) **Excedentes de revalorização** – resultam da revalorização efetuada em 2013 na classe de edifícios segundo o método do justo valor.
- 4) **Outras variações nos fundos patrimoniais** – englobam os valores relativos a subsídios ao investimento e as doações.

i. **Fornecedores** - As contas a pagar a fornecedores são mensuradas ao custo e estão registadas pelo seu valor nominal.

j. **Financiamentos obtidos – de instituições de crédito**

- Engloba os saldos credores das diversas subcontas da conta 251, que traduzem a dívida da instituição por financiamentos obtidos em instituições de crédito.

k. **Estado e outros entes públicos**

- Os saldos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

l. **Outras contas a pagar**

- Estão englobados valores relativos às seguintes rubricas:

- Fornecedores de investimentos;
- Credores por acréscimos de gastos – remunerações a liquidar;
- Credores por acréscimos de gastos – fornecimentos e serviços a liquidar;
- Outros devedores e credores;

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

- Não ocorreram em 2024 quaisquer alterações às políticas, estimativas contabilísticas ou erros passíveis de serem reportados na presente Nota.

5. Ativos fixos tangíveis

- Os ativos fixos tangíveis estão desagregados no quadro seguinte, onde se comparam os valores de 2023 com o ano anterior.

	(milhares de euros)	
	2024	2023
Bens do património histórico, artístico e cultural	1.290	1.290
Edifícios e outras construções	2.432	2.324
Equipamento básico	508	474
Equipamento de transporte	151	151
Equipamento administrativo	148	147
Outros ativos fixos	65	58
Total dos ativos fixos	4.594	4.444
Depreciações acumuladas	1.242	1.175
Valor líquido dos ativos fixos	3.352	3.269

6. Inventários

- Relativamente aos inventários, a SCM Tavira seguiu as regras fixadas na NCRF respetiva. Incluem as matérias-primas e subsidiárias (géneros alimentares) destinadas à prestação dos serviços, que constituem a missão da SCM Tavira – apoio à infância, juventude, família e idosos.

Em 31/12/2024 os valores dos inventários, mensurados ao custo de aquisição, eram os seguintes:

	(milhares de euros)
Matérias-primas: géneros alimentares	4€
Ativos biológicos – árvores de fruto	2€
Total	6€

7. Rédito

- A SCM Tavira reconhece o rédito proveniente da prestação de serviços com base no ponto 12.7 da NCRF-ESNL: “quando o desfecho de uma transação que envolva a prestação de serviços possa ser fiavelmente estimado, o rédito associado com a transação deve ser reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço.”

- O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual é determinada por acordo entre a SCM Tavira e os clientes/utentes dos serviços.

- Em novembro de 2023 a Comissão de Normalização Contabilística (CNC), respondendo a um pedido de esclarecimento apresentado pela União das Misericórdias Portuguesas, emitiu uma opinião, através da FAQ 39, relativamente à movimentação das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e as entidades do setor não lucrativo. Esse parecer envolvia uma perspetiva que, caso viesse a ser oficialmente adotada, alterava a movimentação que existe para as contas 72 e 75. A SCMT, após analisar a situação, concluiu que tal alteração teria um impacto significativo na prestação de contas, cujo visto é da competência da Segurança Social. Assim, foi decidido não implementar qualquer alteração sem o prévio sancionamento da tutela, e o ano 2023 foi encerrado mantendo as práticas e critérios contabilísticos anteriores nas rubricas “matrículas e mensalidades” e “subsídios à exploração” incluídas nas duas tabelas seguintes.

- Em 2024 a questão da FAQ 39 surgiu de novo e a Segurança Social sancionou o procedimento previsto na mesma, pelo que a SCMT ficou obrigada a proceder às alterações respetivas antes de encerrar as contas. O resultado dessa mudança de critério foi englobar na conta Serviços Prestados todos os rendimentos de mensalidades de utentes e também as verbas provenientes dos acordos com a segurança social. Esta alteração justifica as variações observadas na Tabelas seguintes, quando se comparam os dois anos. De acordo com o novo critério, o valor dos serviços prestados aumentou 1.379.000€ e os subsídios à exploração reduziram 1.232.000€. Em termos globais, o total de rendimentos nas duas rubricas aumentou 5,9%.

Quadro comparativo do rédito

	(milhares de euros)	
	2024	2023
Prestações de serviços/mensalidades/quotizações	2.492	1.113
Subsídios à exploração	127	1.359
Totais	2.619	2.472

8. Subsídios e outros apoios

- O reconhecimento dos subsídios monetários e não monetários é realizado nos termos do ponto 14.1 da NCRF-ESNL. Assim, tal reconhecimento só é efetuado quando existe segurança:

- a) que a SCM Tavira cumprirá as condições associadas aos subsídios;
- b) que os subsídios e outros apoios serão efetivamente recebidos.

9. Empregados, órgãos diretivos e gastos com pessoal

- a. Durante o ano de 2024 o número médio de empregados da SCM Tavira foi de 129. O valor total contabilizado em gastos com pessoal foi de 2.249.000 €, que inclui a estimativa com subsídios de férias e mês de férias a liquidar no ano seguinte, cujo direito foi adquirido em 2024 de acordo com a legislação respetiva. Aquele valor inclui também as remunerações pagas a estagiários no âmbito do protocolo formalizado com o IEFP.
- b. O número de membros dos órgãos diretivos foi:
 - Mesa Administrativa: 6 (seis)
 - Conselho Fiscal: 3 (três)
 - Mesa da Assembleia Geral: 2 (dois)
- c. Nenhum dos órgãos diretivos recebe qualquer remuneração pelo desempenho do respetivo cargo.

10. Passivo não corrente

- Inclui o financiamento obtido no banco Montepio, através da linha especial de apoio ao setor solidário. O reembolso decorre num período considerado de médio/longo prazo, pelo que se inclui no grupo “passivo não corrente” do Balanço.

11. Variações dos Fundos Próprios

- A conta 59 sofreu em 2024 uma redução no valor de 6.186€, relativa à amortização dos subsídios ao investimento, contabilização efetuada de acordo com normativos da segurança social, entidade financiadora e responsável pelo visto das contas da SCM Távira.

12. Acontecimentos após a data de balanço

- Numa análise retrospectiva dos últimos cinco anos constatam-se grandes alterações a nível global em diversas áreas da sociedade. Após dois anos intensos de pandemia, começou em 2022 a guerra na Ucrânia que continua e, no final de 2023, iniciou-se o conflito no Médio Oriente. O ano de 2024 encerrou assim com uma situação geopolítica mundial complexa a nível político, económico e muito particularmente na perspetiva social. Sendo a SCMT uma entidade do setor solidário, cujas atividades estão focadas na melhoria do bem-estar social das famílias, esta entrada em 2025 afigura-se extremamente difícil e deixa grandes preocupações face ao ambiente de incerteza existente a nível global.

- Podemos afirmar que, ao longo do período que analisámos - 2020 a 2024 – os apoios que o Estado disponibilizou ao setor social solidário, viabilizaram a continuidade na prestação dos serviços que constitui a missão desta instituição. Todavia, a SCMT tem grandes dificuldades financeiras, que resultam de um desajustamento entre os gastos fixos que a instituição suporta e os rendimentos que recebe, onde a parcela do Estado se destaca. Daí nos parecer que essa parcela deve acompanhar os aumentos dos salários e dos preços de bens e serviços essenciais para a SCMT prosseguir com a sua atividade.

- Neste contexto, e apesar de não se conhecer cenários credíveis sobre a evolução dos fatores que impactam na incerteza global existente, a Mesa Administrativa mantém

expectativas positivas sobre a eficácia do apoio do Estado ao setor solidário, não só a nível contratual, mas também de natureza extraordinária. Assim, consideramos não ser necessário efetuar qualquer ajustamento às contas de 2024. O património da instituição está corretamente avaliado e os riscos associados às incertezas antes citadas poderão ser minimizados pela pronta intervenção do Estado.

13. Outras informações

A SCM Távira informa que a instituição, em 31 de dezembro de 2024, não apresentava dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, a SCM Távira informa que a situação da instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente fixados.

Távira, 26 de Fevereiro de 2025

Francisco José Simões Pinto
Contabilista Certificado 4387



Santa Casa da Misericórdia de Tavira

Instituição fundada em 1498

DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

Tavira, 28/03/2025

À atenção de

Galvão, Nunes, Tavares & Associados SROC

R. Dr. José de Matos, nº 19

8000-503 Faro

Exmos. Senhores,

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito da Revisão Legal de Contas que efetuaram às demonstrações financeiras da **Santa Casa da Misericórdia de Tavira**, relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2024, com a finalidade de expressarem uma opinião, incluída na vossa Certificação Legal das Contas, sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro para Entidade do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Reconhecemos que é nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro da **Santa Casa da Misericórdia de Tavira**, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou fraudes.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção que:

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E REGISTOS CONTABILÍSTICOS

1.1 Cumprimos as nossas responsabilidades relativas à preparação das demonstrações financeiras de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Em particular, as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada de acordo com essas normas.

1.2 Os pressupostos significativos por nós usados ao fazer estimativas contabilísticas, incluindo as mensuradas pelo justo valor, são razoáveis.

1.3 Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes aos Fundos Patrimoniais estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras.



Santa Casa da Misericórdia de Tavira

Instituição fundada em 1498

1.4 Não existem:

- Violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas ou regulamentos, incluindo as relacionadas com a livre concorrência, meio ambiente, higiene e segurança no trabalho e proteção dos consumidores, aplicáveis à Entidade ou ao setor, cujos efeitos devessem ter sido registados nas demonstrações financeiras ou divulgados no Anexo às mesmas;
- Outros passivos materiais ou ganhos ou perdas contingentes que necessitassem de ser reconhecidos nas demonstrações financeiras ou dados a conhecer no respetivo Anexo;
- Opções ou acordos de recompra de ações, bem como partes de capital subordinadas ao exercício de opções ou outros acordos;
- Contratos de opções e de futuros e outros instrumentos financeiros derivados;
- Acordos para a recompra de ativos previamente vendidos pela Entidade;

1.5 A Entidade é plena titular de todos os seus ativos, livres de quaisquer ónus ou encargos, incluindo hipotecas e penhores, não tendo assumido compromissos perante terceiros, para além dos descritos no Anexo às demonstrações financeiras.

1.6 Demos-vos conhecimento da identidade das partes relacionadas da Entidade e de todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas de que tivemos conhecimento. Os relacionamentos e as transações com partes relacionadas foram apropriadamente contabilizados e divulgados de acordo com os requisitos do normativo contabilístico aplicável.

1.7 Todos os acontecimentos subsequentes à data das demonstrações financeiras e relativamente aos quais o normativo contabilístico aplicável exige ajustamento ou divulgação foram ajustados ou divulgados.

1.8 Os efeitos de distorções não corrigidas são imateriais, individualmente ou em agregado, para as demonstrações financeiras como um todo. Confirmamos que não temos conhecimento da necessidade de outros ajustamentos. Apresenta-se em seguida uma lista das referidas distorções não corrigidas:



Santa Casa da Misericórdia de Tavira

Instituição fundada em 1498

(valores em euros)

Descrição	Efeito ativo	Efeito passivo	Efeito resultado	Efeito outras rubricas de fundos patrimoniais
Imparidades não registadas nos valores a receber de utentes	-155.000			-155.000
Total das distorções não corrigidas	-155.000			-155.000

1.9 Tomámos conhecimento do draft da vossa Certificação Legal das Contas que inclui uma opinião sem reservas.

2. INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA

2.1 Disponibilizámos-vos:

- Acesso a toda a informação para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, como registos, documentação e outras matérias;
- A informação adicional que nos pediram para efeito da auditoria;
- Acesso sem restrições às pessoas da Entidade junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria; e
- Outra informação que entendemos ser relevante para a realização da Vossa Auditoria.

2.2 Todas as transações foram registadas nos registos contabilísticos e estão refletidas nas demonstrações financeiras.

2.3 Demos-vos conhecimento dos resultados da nossa avaliação do risco de as demonstrações financeiras poderem estar materialmente distorcidas em consequência de fraude.

2.4 Não temos conhecimento de situações relacionadas com fraudes ou outras situações de irregularidade que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras envolvendo os administradores/gerentes, diretores ou empregados.

2.5 Não temos conhecimento de casos de incumprimento ou de suspeita de incumprimento de leis e regulamentos cujos efeitos devam ser considerados na preparação de demonstrações financeiras.

2.6 Demos-vos conhecimento de todos os litígios e reclamações conhecidas reais ou potenciais cujos efeitos devam ser considerados na preparação das demonstrações financeiras, tendo os mesmos sido contabilizados e divulgados de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Não temos conhecimento de quaisquer litígios ou ações em que a Entidade esteja envolvida para além das situações de que vos demos conhecimento.



Santa Casa da Misericórdia de Tavira

Instituição fundada em 1498

2.7 Foram cumpridas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.

2.8 Confirmamos-vos que, para efeitos da prevenção e investigação de eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento de terrorismo, a Entidade dispõe de um sistema de controlo interno adequado e os nossos responsáveis e demais colaboradores encontram-se devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria, designadamente as que decorrem da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto. Não temos conhecimento de qualquer situação que configure eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo nos termos da Lei em vigor sobre a matéria e confirmamos ainda que, até à presente data, não ocorreram quaisquer situações desta natureza que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.

2.9 Colocámos à vossa disposição os livros de atas das reuniões dos órgãos sociais da Entidade e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respetivas atas. Confirmamos que as últimas reuniões realizadas pelos órgãos sociais foram a Assembleia Geral de dia 29-11-2024, Mesa Administrativa de dia 27-03-2025 e Conselho fiscal de dia 28-11-2024.

2.10 Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspeções, litígios ou outras situações contenciosas relativamente à área fiscal e parafiscal, nem de eventuais correções das declarações da entidade, resultantes da possibilidade das autoridades efetuarem a sua revisão, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

2.11 Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer, incluindo os que possam afetar a continuidade das operações, estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.

2.12 Não temos projetos ou intenções :

- que possam afetar de uma forma significativa a classificação ou o valor por que se encontram refletidos os ativos e passivos constantes das demonstrações financeiras;
- que possam pôr em causa a continuidade das operações da Entidade;
- de abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos obsolescência ou perda de valor de inventários, nem perdas de valor de ativos.



Santa Casa da Misericórdia de Tavira

Instituição fundada em 1498

- 2.13 Confirmamos que não existem acordos verbais que possam ter efeito material nas quantias reportadas nas demonstrações financeiras.
- 2.14 Não existem compromissos assumidos com transações futuras que possam originar responsabilidades para a Entidade.
- 2.15 Confirmamos-vos que no âmbito das informações de que dispomos e de todas as situações que temos conhecimento, incluindo a situação de guerra na Ucrânia, o ambiente de instabilidade geopolítica e os impactos das taxas alfandegárias, da qual resulta um elevado grau de incerteza para as famílias e empresas, com potencial impacto na evolução das taxas de juro, inflação e crescimento económico, não resultam em dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade prosseguir em continuidade.

Sem outro assunto, subscrevemo-nos,

A Mesa Administrativa



& ASSOCIADOS
SROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Santa Casa da Misericórdia de Tavira**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 5.800.705 euros e um total de fundos patrimoniais de 4.865.194 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 52.496 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Santa Casa da Misericórdia de Tavira**, em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades da Mesa Administrativa e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

A Mesa Administrativa é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA

LISBOA | FARO | PORTALEGRE | HORTA

Sede | Rua Castilho, n.º 39, 8.º C - 1250-068 Lisboa | Tel. 213 86 16 88

Delegação Algarve | Rua Dr. José de Matos, n.º 19 - 8000-503 Faro | Tel. 289 89 49 49

Delegação Alentejo | Travessa da Liberdade, n.º 13 - 7300-215 Portalegre | Tel. 245 60 93 58

Delegação Açores | Rua Conselheiro Terra Pinheiro, n.º 16 - 9900-037 Horta | Tel. 292 39 26 01

SROC, n.º 64 - Capital Social 8.300 Euros - C.R.C. Cascais - Contribuinte n.º 502 215 399 - Inscrito como Auditor Externo sob o n.º 2016/400 na CMVM



WWW.GNT-SROC.COM



& ASSOCIADOS
SROC

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA
LISBOA | FARO | PORTALEGRE | HORTA

Sede | Rua Castilho, n.º 39, 8.º C - 1250-068 Lisboa | Tel. 213 86 16 88

Delegação Algarve | Rua Dr. José de Matos, n.º 19 - 8000-503 Faro | Tel. 289 89 49 49

Delegação Alentejo | Travessa da Liberdade, n.º 13 - 7300-215 Portalegre | Tel. 245 60 93 58

Delegação Açores | Rua Conselheiro Terra Pinheiro, n.º 16 - 9900-037 Horta | Tel. 292 39 26 01

SROC n.º 64 - Capital Social 8.300 Euros - C.R.C. Cascois - Contribuinte n.º 502 215 399 - Inscrito como Auditor Externo sob o n.º 20161400 na CMVM



WWW.GNT-SROC.COM



**& ASSOCIADOS
SROC**

baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a entidade, não identificámos incorreções materiais.

Tavira, 28 de março de 2025

Galvão, Nunes, Tavares & Associados,

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

GALVÃO, NUNES, TAVARES & ASSOCIADOS, LDA

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:

Johnny Viegas Laurencia (ROC n.º 1687)

SROC Inscrita como Auditor na CMVM sob o n.º 20161400

ROC Inscrito como Auditor na CMVM sob o n.º 20161297